

**À PREFEITURA DE JOÃO MONLEVADE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026**

RECURSO ADMINISTRATIVO

À empresa SINAL VERDE SEGURANÇA E SERVIÇOS LTDA, CNPJ de nº 08.800.599/0001-50, localizada AV. TIRADENTES, 3267, JARDIM BOM CLIMA, GUARULHOS, SP - CEP 07.196-000, por intermédio de sua procuradora legal, a Sra. Paola Derriau Chastagnier, Portadora do CPF: 093.870.557-10, já devidamente qualificada, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, com fundamento no art. 165 da Lei nº 14.133/2021, interpor o presente RECURSO ADMINISTRATIVO, em face da decisão que declarou vencedora a empresa PORTAL SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA, pelos fundamentos a seguir expostos.

I – SÍNTESE FÁTICA E CABIMENTO

O Município de João Monlevade/MG promoveu Pregão Eletrônico visando à contratação de solução integrada de segurança eletrônica para diversos prédios públicos, incluindo fornecimento em comodato, instalação, monitoramento 24h, manutenção corretiva e preventiva e equipe de pronta resposta. A licitante vencedora, PORTAL SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA, foi habilitada e teve sua proposta homologada. Entretanto, diversos aspectos técnicos e econômicos indicam que a proposta deve ser desclassificada por inobservância das especificações do edital e ausência de comprovação da exequibilidade.

Este recurso demonstra, com base na Lei nº 14.133/2021, doutrina e jurisprudência, que:

- (a) os equipamentos ofertados (centrais de alarme e gravadores digitais) não atendem às especificações técnicas mínimas exigidas pelo Termo de Referência (TR), pois necessitam de módulos complementares não previstos na proposta;
- (b) houve aceitação de complementação/modificação de produto após a apresentação da proposta, em violação ao princípio da vinculação ao edital e ao art. 64 da Lei nº 14.133/2021;
- (c) a proposta vencedora não demonstrou de forma objetiva a sua exequibilidade, limitando-se a alegações genéricas sobre estrutura e experiência, sem memória de cálculo ou planilha de custos, contrariando o art. 59, incisos III e IV, da Lei nº 14.133/2021.

2. Violação ao princípio da vinculação ao edital e às especificações técnicas

2.1 Central de alarme AMT 4010 Smart – ausência de 22 zonas nativas e comunicação IP

O termo de referência estabeleceu que a central de alarme tipo 1 deveria possuir no mínimo 22 zonas independentes, bem como conexão Ethernet/TCP-IP, de modo a assegurar capacidade de expansão e integração com a central de monitoramento. Ao confrontar esse requisito com o catálogo da AMT 4010 Smart, constata-se uma discrepância significativa: a central possui apenas 4 zonas físicas na placa, podendo operar em modo duplicado para atingir até 8 zonas. Entretanto, o Termo de Referência exige no mínimo 22 zonas independentes, tornando indispensável a utilização de módulos expansores, como o XEZ 4008 Smart, para ampliação da

capacidade do sistema e alcance do quantitativo exigido. Além disso, a comunicação IP não é nativa – o fabricante impõe o uso de módulos externos, como XE ou XEG 4010, para prover conectividade Ethernet e protocolo TCP-IP. Em outras palavras, a licitante não apresentou um equipamento que atendesse nativamente às especificações mínimas do edital, dependendo da adição de módulos expansores e módulos de comunicação para suprir as limitações da central originalmente ofertada.

Essa constatação foi admitida pela própria Administração, cujo parecer técnico reconheceu que a solução só atenderia ao edital mediante “adição de módulos de rede e de expansão”. Tal reconhecimento evidencia que a empresa não ofertou, na fase de lances, um produto compatível com as especificações; a conformidade resultou de ajustes posteriores. Sob a ótica jurídica, essa conduta viola diretamente o princípio da vinculação ao edital – que impõe que as propostas se amoldem às exigências previamente estabelecidas –, além de transgredir a isonomia, pois somente a vencedora foi autorizada a complementar sua solução após a apresentação das ofertas.

O entendimento doutrinário corrobora essa conclusão. Manual elaborado pela Zênite Consultoria (<https://zenite.blog.br/wp-content/uploads/2023/09/pregao-lei-14133-21-raphaelgabriel.pdf#:~:text=apresentarem%20v%C3%ADcios%20insan%C3%A1veis%2C%20pre%C3%A7os%20inexequ%C3%ADveis,Lei%20e%20o%20edital%2C%20afinal>) observa que as propostas devem ser desclassificadas quando contiverem “defeitos insanáveis”, descumprirem especificações técnicas ou qualquer outra exigência do edital, apresentarem preços inexequíveis ou não demonstrarem sua viabilidade. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) é igualmente firme em reprimir a aceitação de produtos inferiores. Em precedente paradigmático (Acórdão nº 394/2013), o TCU admitiu a flexibilização de critério apenas porque o produto ofertado possuía gramatura superior à exigida, demonstrando qualidade mais robusta e maior durabilidade, o que beneficiava a Administração. A Corte ressaltou que não houve afronta ao interesse público pois o produto era de qualidade superior e a competitividade do certame permaneceu incólume. Nesse julgado, portanto, a excepcionalidade residiu na superioridade da oferta, não na aceitação de item com desempenho aquém do especificado.

Em contraste, no presente certame a central AMT 4010 Smart é tecnicamente inferior às exigências do edital: não possui 22 zonas independentes nem interface IP de origem. Aceitar a proposta implica admitir equipamento com características insuficientes, apenas supridas por complementos apresentados após a sessão, o que contraria o art. 18 da Lei 14.133/2021 e a jurisprudência citada. Além disso, o manual da Zênite recorda que o pregoeiro não pode afastar critérios previstos no edital nem criar critérios novos. Ou seja, a Administração deve ater-se rigorosamente ao que foi estabelecido no termo de referência e rejeitar produtos que não cumpram as especificações, sob pena de violação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório. A aprovação condicionada à instalação de módulos externos representa, na prática, modificação substancial da proposta e desnivela a competição, violando o princípio da isonomia. É como se a Administração tivesse autorizado um competidor a redesenhar seu produto durante a licitação, enquanto os demais foram obrigados a obedecer aos requisitos originais; essa quebra de paridade fere a confiança que os licitantes depositam na imparcialidade do procedimento e estimula práticas oportunistas.

2.2 Gravadores digitais – resolução “5M Lite” e limitação de FPS

O termo de referência estabeleceu parâmetros de desempenho para os gravadores digitais, exigindo que registrassem as imagens das câmeras em resolução máxima e com taxa de quadros por segundo compatível com tempo real, justamente para garantir que a vigilância eletrônica capturasse todos os eventos sem perda de detalhamento. No entanto, os catálogos dos DVRs ofertados pela licitante – modelos MHDX 3104/3108/3116 e iMHDX 3132 – deixam claro que essas unidades operam em padrão “5M Lite”, um formato comprimido que sacrifica definição para economizar processamento. De acordo com o fabricante, quando configurado em “5M Lite” a gravação por canal cai para 10 ou 15 fps quando todos os canais estão ativos, e apenas em resoluções inferiores (1080p ou 720p) é possível atingir 30 fps. Assim, a solução ofertada trabalha com uma resolução inferior à especificada e não grava todas as câmeras simultaneamente em 30 fps, o que compromete a nitidez das imagens e a eficácia na identificação de eventos.

Em sistemas de segurança, a diferença entre 10 fps e 30 fps é substancial. A literatura especializada esclarece que taxas inferiores a 25 fps degradam a fluidez da gravação, resultando em vídeo com “efeito fantasma” e descontinuidades que dificultam a análise de movimentos rápidos. Se o vídeo é gravado com poucos quadros por segundo, a sequência de imagens torna-se fragmentada, impedindo a reconstituição fiel de eventos complexos e comprometendo o reconhecimento de rostos, placas ou gestos suspeitos. Não é por acaso que órgãos policiais e peritos forenses recomendam gravações a 30 fps como padrão mínimo para sistemas de vigilância que buscam coletar provas válidas. Assim, quando a licitante oferece DVRs em “5M Lite”, ela reduz deliberadamente a qualidade do material captado, transformando o sistema em um conjunto de monitoramento econômico, mas inadequado à finalidade pretendida. O descumprimento do requisito de gravação plena se torna ainda mais grave porque os demais licitantes, confiando nas regras do edital, se orientaram por equipamentos capazes de gravar em resolução máxima e FPS completo. Se soubessem que o Município aceitaria aparatos de qualidade inferior, poderiam ter ofertado soluções menos custosas. Aceitar gravadores com especificações inferiores, portanto, viola o princípio da vinculação ao edital, compromete a isonomia e prejudica a busca pela proposta mais vantajosa.

2.3 Conectores e acessórios inadequados

Embora menos vistosos que as centrais e os gravadores, os acessórios de interconexão têm papel crucial no bom funcionamento de sistemas de segurança. O TR exige que toda a infraestrutura resista às condições de uso, inclusive em instalações externas, sob a ação de umidade, poeira e variações de temperatura. Os catálogos dos conectores BNC mola e P4 fornecidos pela licitante deixam claro que tais itens foram projetados para instalação em ambiente interno, não sendo recomendados para áreas expostas às intempéries. Quando expostos à chuva, ao calor ou às oscilações de temperatura, esses conectores tendem a oxidar, perder aderência e comprometer a integridade do sinal. Consequentemente, as imagens podem apresentar interferências, quedas de sinal ou falhas completas, reduzindo a confiabilidade do sistema.

Ao admitir acessórios não especificados para uso externo, a Administração acolheu uma solução que fragiliza a infraestrutura física do projeto e desconsidera as normas técnicas usuais para instalações de CFTV. Essa tolerância contrasta com o rigor imposto a outros licitantes e reforça a necessidade de desclassificar a proposta, pois demonstra mais um exemplo em que o produto fornecido não atende às especificações mínimas do edital.

3. Ilegalidade da complementação posterior de proposta (art. 64 da Lei 14.133/2021)

Um dos pilares da nova Lei de Licitações é a disciplina do art. 64, segundo a qual, após a entrega dos documentos de habilitação, a Administração não pode substituir ou adicionar novos documentos, exceto nos casos em que a diligência vise complementar informações de documentos já apresentados ou atualizar documentos cuja validade tenha expirado. Trata-se de regra que materializa o princípio da vinculação ao edital e garante igualdade entre os concorrentes: não se pode permitir que, após abrir os envelopes, o licitante inclua equipamentos que não havia ofertado ou altere a estrutura do produto, pois isso representaria vantagem indevida e quebraria o equilíbrio competitivo. O objetivo do dispositivo é evitar que o licitante, percebendo suas falhas, acresça elementos inexistentes ou substitua produtos para consertar equívocos, o que violaria a igualdade de condições entre concorrentes. Doutrinadores explicam que a diligência deve restringir-se à comprovação de fatos preexistentes e que a Administração só pode solicitar novos documentos para sanar erros formais, jamais para modificar o conteúdo da proposta. Em artigo que comenta decisões do TCU (Acórdão nº 1211/2021), destaca-se que a Corte considera legítima a apresentação de documentos adicionais apenas quando servem para comprovar situação existente à época da sessão, mas veda a juntada que inove o objeto ou suprima deficiência essencial, sob pena de violação da isonomia e do dever de vinculação. Essa interpretação é reforçada pelo TCU ao afirmar que a juntada posterior não pode ensejar mudança de natureza ou qualidade do objeto licitado, sob pena de quebra da vinculação ao edital.

Nesse contexto, causa perplexidade a decisão da Comissão de Licitação de João Monlevade de permitir que a empresa vencedora complementasse a central AMT 4010 Smart com módulos de expansão e interfaces Ethernet após a fase de lances. O parecer técnico que aprovou a proposta registra explicitamente que a conformidade técnica foi alcançada mediante *“adição de módulos de rede e de expansão”*, ou seja, a Administração aceitou que o produto original fosse modificado após a sessão. Essa prática configura verdadeira substituição do equipamento ofertado: a central aprovada, dotada de módulos extras, difere substancialmente daquela descrita na proposta inicial. Não se trata de mero esclarecimento ou comprovante de uma característica já existente, mas de incluir equipamentos que não foram cotados, em desacordo com o art. 64.

Ademais, ao autorizar a complementação apenas para a empresa vencedora, o pregoeiro feriu o princípio da isonomia, pois os demais licitantes foram obrigados a obedecer às especificações e, se tivessem sabido que seria possível acrescentar módulos posteriormente, poderiam ter ofertado propostas diferentes ou buscado tecnologias equivalentes. A doutrina alerta que o gestor não pode criar critérios ou afastar critérios previstos no edital, sob pena de introduzir discricionariedade indevida e violar o princípio da vinculação. O parecer técnico que legitimou a *“complementação”* evidencia, portanto, que houve verdadeira inovação no objeto licitado: a central avaliada diferiu do equipamento originalmente ofertado e só se tornou aderente graças a componentes adicionados após a disputa. Essa conduta corrompe a equidade da competição e viola o art. 64, porque permite que um licitante corrija defeitos essenciais de sua proposta quando já não há mais condições de igualdade para todos. Consequentemente, a aceitação de uma solução montada após a apresentação das propostas viola a vinculação ao edital e macula o princípio da isonomia.

4. Inexequibilidade e ausência de demonstração de exequibilidade

4.1 Presunção relativa de inexequibilidade e dever de diligência

A Lei nº 14.133/2021 introduziu disciplina detalhada quanto à aceitabilidade das propostas sob o prisma econômico. O art. 59, inciso III, estabelece que serão desclassificadas as propostas com preços inexequíveis ou

acima do orçamento estimado, enquanto o inciso IV determina a desclassificação daquelas que não tiverem sua exequibilidade demonstrada quando isso for exigido pela Administração. Para obras e serviços de engenharia, o § 4º do mesmo artigo fixou um parâmetro objetivo, considerando inexecutáveis as propostas cujo valor seja inferior a 75% do valor orçado, mas essa regra deve ser interpretada conjuntamente com o § 2º, que confere à Administração o dever de realizar diligências para avaliar a viabilidade de propostas com indícios de inexecutabilidade. Assim, a lei abandonou a presunção absoluta e adotou um mecanismo que alia objetividade a flexibilidade: caso os preços sejam muito baixos, a Administração deve oferecer ao licitante oportunidade de demonstrar a exequibilidade ou, em não o fazendo, desclassificar a oferta.

Essa diretriz legislativa dialoga com a Súmula nº 262 do TCU, a qual enuncia que o critério de presunção de inexecutabilidade *“conduz a uma presunção relativa de inexecutabilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta”*. A súmula, editada sob a égide da Lei nº 8.666/1993, permanece plenamente aplicável sob a nova lei, pois reafirma que propostas economicamente agressivas não podem ser rejeitadas de pronto; é indispensável instruir o processo com diligências e provas que evidenciem a capacidade do licitante de cumprir o contrato. Doutrina contemporânea, como Lycia Oliveira Torres, assinala que o art. 59 da Lei 14.133 inovou ao combinar a presunção percentual com o dever-poder de diligência, permitindo que a Administração filtre propostas temerárias sem tolher a competitividade ou punir injustamente empresas eficientes.

Em suma, a legislação e a jurisprudência impõem ao pregoeiro uma conduta ativa: quando se depara com preços consideravelmente baixos, deve ele solicitar documentação detalhada que demonstre o custo de cada componente, a margem de lucro, a viabilidade financeira e o equilíbrio econômico da proposta. Somente com essa análise é possível distinguir entre licitantes eficientes, que ofertam preços competitivos com base em tecnologia, escala ou eficiência operacional, e licitantes temerários, que buscam ganhar o certame sem condições de executar o contrato.

Essa orientação foi recentemente reforçada pelo Tribunal de Contas da União em julgados que analisaram o art. 59. Comentando o Acórdão nº 465/2024 concluiu que a presunção de inexecutabilidade é apenas relativa, devendo a Administração *“oportunizar ao licitante comprovar a viabilidade da proposta antes de desclassificá-la”*. Cabe à Administração exigir documentos que demonstrem a composição de custos e, só então, julgar a proposta inexecutável. Essa jurisprudência harmoniza-se com a Súmula 262 e reforça o dever de diligência: não basta alegar que o preço é baixo; é necessário examinar planilhas, cronogramas e justificativas. Trata-se de evitar a exclusão injusta de empresas que, por vantagem competitiva legítima, conseguem ofertar valores menores, mas também de impedir que licitantes aventureiros obtenham o contrato para depois pleitear aditivos ou descumprir obrigações.

4.2 Falta de comprovação de custos na proposta da vencedora

Apesar de a lei conceder essa oportunidade, a licitante PORTAL SEGURANÇA ELETRÔNICA limitou-se a apresentar um documento intitulado *“Relatório de Exequibilidade”*, composto de narrativas genéricas sobre sua estrutura e experiência. Não constam nesse relatório memória de cálculo, planilhas de custos unitários, detalhes de encargos trabalhistas, depreciação de equipamentos em comodato, custos de monitoramento 24h, despesas de deslocamento, materiais de reposição, tributos ou margens de lucro. Para um objeto complexo – que abrange

instalação de centenas de dispositivos, fornecimento em comodato de equipamentos de alto valor, monitoramento ininterrupto, manutenção preventiva e corretiva e disponibilização de equipe de pronta resposta –, a ausência de detalhamento torna impossível aferir a viabilidade econômica da proposta.

A lacuna documental é ainda mais grave se comparada ao elevado nível de exigência técnica do edital. Uma proposta que dependa da aquisição e manutenção de centrais de alarme, DVRs, câmeras, sensores, cabos, racks e baterias, além de prover mão de obra especializada, treinamento, veículos de pronta resposta e estrutura de central de monitoramento, possui inúmeros insumos com custos diferenciados. Sem uma planilha que discrimine esses valores, a Administração não consegue verificar se os preços ofertados são factíveis ou se escondem risco de futura paralisação do serviço.

Como salienta a doutrina, o dever de diligência previsto no art. 59, § 2º, impõe que a Administração exija do licitante essa comprovação minuciosa. A Lei visa conciliar a objetividade na identificação de preços inexequíveis com a abertura para que empresas eficientes possam provar a exequibilidade; porém isso depende de análise qualificada. A ausência de tal análise viola o princípio da motivação e fragiliza o controle externo e social do processo licitatório.

Diante da presunção relativa de inexequibilidade e da inexistência de comprovação concreta de custos, a conduta adequada teria sido solicitar planilhas, orçamentos detalhados e justificativas técnicas à licitante e, se a demonstração não fosse convincente, desclassificar a proposta. Ao homologar a proposta com base em meras declarações, o pregoeiro descumpriu o dever de diligência e afrontou os incisos III e IV do art. 59.

Concluindo, devem ser desclassificadas as propostas que apresentem defeitos insanáveis, descumpram especificações ou não demonstrem a viabilidade econômica. Esse entendimento deve orientar a atuação do pregoeiro: não se trata de mera formalidade, mas de proteger o erário e garantir que o contrato seja executado sem sobressaltos. Admitir proposta sem custos detalhados significa correr o risco de que a empresa vença por preço artificialmente baixo e depois inviabilize a execução, seja por reajustes, aditivos ou abandonos. A diligência exigida pela lei é, portanto, instrumento de cautela e de responsabilidade fiscal. Ao se furtar a exigir a comprovação da exequibilidade, a Administração local não apenas ignora a legalidade, como abre caminho para desequilíbrios contratuais que poderão resultar em serviços mal executados, paralisações ou aumento de custos para os cofres públicos.

5. Conclusão e pedidos

À vista de todo o exposto, este recurso pleiteia a anulação da homologação e a desclassificação da proposta da PORTAL SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA. Os motivos são consistentes e plurais: em primeiro lugar, os equipamentos ofertados – sobretudo a central AMT 4010 Smart e os DVRs com resolução “5M Lite” – não satisfazem as especificações mínimas do edital. A central não possui 22 zonas nem comunicação IP nativa e, para se adequar, depende de módulos externos adicionados após a sessão; os gravadores operam com qualidade reduzida e FPS limitado, comprometendo o objetivo de monitoramento eficiente. O TCU apenas admite flexibilização técnica quando o produto ofertado é superior; aqui, contudo, trata-se de itens inferiores e incompletos.

Em segundo lugar, houve alteração substancial da proposta no curso do procedimento. A inclusão de módulos de expansão e interfaces de comunicação após a fase de lances configura substituição de produto, contrariando o art. 64 da Lei 14.133/2021. A lei permite apenas complementação de informações de documentos já apresentados; não autoriza adicionar componentes que mudem a natureza do objeto. Ao admitir essa modificação, a Administração afastou critérios previstos no edital e violou a isonomia entre os participantes.

Por fim, a exequibilidade da proposta não foi demonstrada. A vencedora não apresentou planilhas de custos ou memória de cálculo, limitando-se a declarações genéricas. Diante da presunção relativa de inexecuibilidade, o art. 59 impõe que propostas com valores muito baixos sejam objeto de diligência e que, em caso de ausência de comprovação, sejam desclassificadas. A ausência de análise aprofundada e a homologação baseada apenas em alegações viola o dever de diligência e fragiliza o controle da economicidade.

Diante dessas razões, requer-se que o órgão licitante anule o julgamento e proceda a nova avaliação das propostas, convocando as licitantes remanescentes ou, se necessário, republicando o certame com as especificações revisadas, de modo a restabelecer a isonomia e a competitividade. Subsidiariamente, caso a autoridade entenda que não houve vício insanável, requer-se a instauração de diligência rigorosa para que a licitante comprove a exequibilidade por meio de planilha de custos unitários, cronograma de fornecimento, demonstração de custos de manutenção e discriminativo de módulos e equipamentos, conforme art. 59, § 2º, da Lei 14.133/2021.

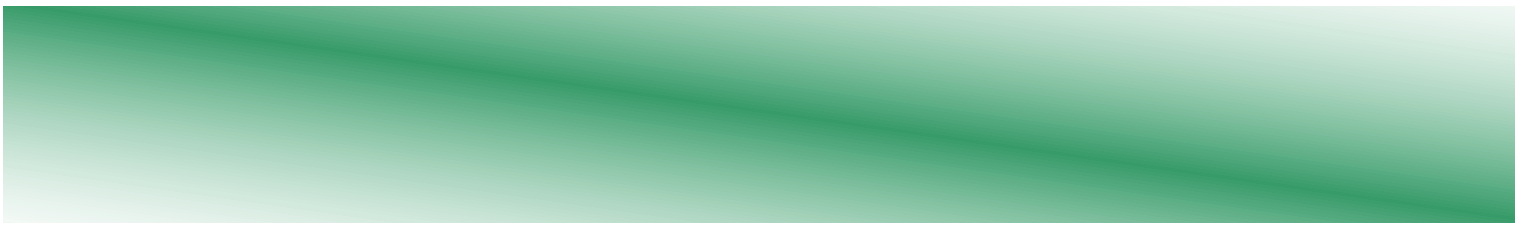
Por derradeiro, enfatiza-se que este recurso não pretende criar exigências novas ou restritivas. O que se pretende é que se cumpra o edital, se respeitem os princípios da legalidade, da isonomia e da busca pela proposta mais vantajosa, e que não se aceite produto incompatível nem proposta sem comprovação de viabilidade. A preservação do interesse público impõe que a Administração contrate soluções que realmente atendam às especificações e que apresentem preços exequíveis, evitando futuros prejuízos aos cofres municipais e à segurança dos bens tutelados.

Nestes termos, pede deferimento.

Guarulhos, 07 de maio de 2026.

PAOLA DERRIAUX Assinado de forma digital
por PAOLA DERRIAUX
CHASTAGNIER:09 CHASTAGNIER:09387055710
387055710 Dados: 2026.05.07 23:10:02
-03'00'

PAOLA CHASTAGNIER
CPF: 093.870.557-10
PROCURADORA




PROCURAÇÃO

A empresa **SINAL VERDE SEGURANCA E SERVICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **08.800.599/0001-50**, sediada na Av. Tiradentes, 3267, Jardim Bom Clima, Guarulhos, SP - CEP 07.196-000, por intermédio de seu representante legal, **ANGELO CLARO BERBEN**, Cédula de Identidade nº 27.996.075-X, SSP SP, inscrito no CPF sob o nº 287.090.948-90, nomeia e constitui sua bastante procuradora, **Paola Derriau Chastagnier**, inscrita no CPF sob o número **093.870.557-10**, residente e domiciliado na cidade de Nova Friburgo, Rio de Janeiro, doravante denominada OUTORGADA, para representar a OUTORGANTE como se presente fosse, em qualquer instância, em portais de licitações, certames licitatórios, pregões e congêneres, de qualquer entidade de direito público ou privado, incluindo autarquias, sociedades de economia mista, fundações, empresas públicas e agências governamentais, podendo também, assinar, acordar, declarar, transigir, formular ofertas, lances e propostas verbais, assinar documentos, assinar comerciais, desistir verbalmente de formular ofertas, lances e propostas verbais, negociar redução de preços, recorrer, impugnar, esclarecer, tomar qualquer decisão durante todas as fases da licitação ou pregão, inclusive apresentar a declaração de que a OUTORGANTE licitante cumpre os requisitos de habilitação, apresentar envelopes de propostas de preços e documentação de habilitação, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo pregoeiro ou pela comissão de licitação, praticando, enfim, todos os atos pertinentes permitidos em Direito, por mais especiais que seja, em nome da OUTORGANTE, em todo o território Nacional, o que tudo dará por firme, e valioso, a bem deste mandato.

A presente terá validade até 31 de dezembro de 2026.

Guarulhos, 01 de dezembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
 **ANGELO CLARO BERBEN**
Data: 03/12/2025 12:45:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ANGELO CLARO BERBEN

CPF 287.090.948-90

